

O SISTEMA PRODUTIVO DO ASSENTAMENTO CÓRREGO RICO DE JABOTICABAL

Dorival Borelli Filho¹
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Resumo: O principal objetivo dessa pesquisa é analisar o sistema produtivo do projeto de assentamento estadual Córrego Rico, localizado no município de Jaboticabal, que, por sua vez, integra a região de Ribeirão Preto, região essa do estado de São Paulo caracterizada pela produção sucroalcooleira. O assentamento originou-se da ocupação do Horto Florestal de Córrego Rico em maio de 1998. Neste momento, cerca de 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, liderados pela Feraesp, ocuparam a referida área, reivindicando-a para fins de reforma agrária. Muitas dessas famílias eram oriundas do município de Guariba (SP), sendo que vários desses trabalhadores rurais, em 1984, participaram da greve dos “bóias-frias”. Desde a implantação deste projeto de assentamento, os assentados vêm desenvolvendo no local uma policultura orgânica, destinando parte dessa produção para ao autoconsumo e o excedente ao comércio. No ano de 2005, mediante uma parceria estabelecida com uma empresa do setor de cosméticos localizada no município de Botucatu, quatro famílias de trabalhadores rurais iniciaram o cultivo, em uma área de 2,5 hectares, do popular jambu, uma espécie típica da região amazônica utilizada na indústria de cosméticos. A parceria com a empresa também foi estabelecida no assentamento Horto Guarani. Além dessa parceria, o assentamento possuiu um contrato com uma indústria alimentícia para a qual destinava a sua produção de goiaba, com o laboratório Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz para a produção de plantas medicinais, além de terem exportado quiabo e pimenta para o mercado europeu mediante um contrato firmado com uma empresa de exportação instalada no município de Jaboticabal. No entanto, essas parcerias não obtiveram êxito no transcorrer de sua execução.

Palavras-Chave: Assentamento Córrego Rico; Sistema Produtivo; Parcerias.

1. Introdução

O principal objetivo dessa pesquisa acadêmica é analisar o sistema produtivo do projeto de assentamento estadual Córrego Rico, localizado no município de Jaboticabal, especialmente, no que se refere à policultura orgânica desenvolvida pelas famílias assentadas e parcerias estabelecidas pelos grupos familiares com empresas privadas do setor alimentício, de exportação e de cosméticos, parcerias essas que não obtiveram êxito no transcorrer de seu processo de implementação. Dessa maneira, a principal intenção

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) dorivalborelli@ig.com.br

² Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) vbotta@techs.com.br

deste estudo é contribuir com a vasta literatura existente sobre assentamentos na região de Ribeirão Preto, podendo auxiliar na formulação de um referencial analítico, que considere os assentamentos como instâncias em permanente transformação e evolução nos distintos tempos sociais e trajetórias de vida, caracterizadas por pressões, conflitos e lutas.

Os dados qualitativos referentes à pesquisa de campo foram coletados junto às famílias assentadas no mês de abril de 2010, mediante a aplicação de uma entrevista semi-estruturada, dos quais muitos trechos encontram-se transcritos no texto a seguir a fim de melhor fundamentar esta pesquisa. Por ocasião da pesquisa de campo, o ambiente estava tenso no assentamento. À princípio, não fomos muito bem recebidos no assentamento, vistos com certa desconfiança, pois esse projeto de assentamento está passando pelo processo de federalização, sua administração ficará à cargo do Incra, o que, por sua vez, vem gerando conflitos entre as famílias assentadas e as lideranças do assentamento com os técnicos da Fundação Itesp, que inclusive foram impedidos de entrarem no local até que se coloque o ponto final nesse processo.

Além desse fato, somavam-se à situação a ação de despejo que dois grupos familiares estavam sofrendo, assim como nos relata uma família assentada. Contudo, os demais grupos familiares permanecem no local desde o processo de assentamento:

Nós acabamos de sofrer essa reintegração de posse, há tempo que eles estão aqui, eles entraram como agregamento, como força de trabalho no passado, porque os titulares foram embora e eles ficaram no lote e eles vêm pedindo um encaminhamento para o Itesp para serem regularizados, mas eu não sei não, por irregularidade jurídica, não conseguiram legalizar eles e aí como tem uma lista de espera, dizem que as pessoas têm passar por uma seleção e ficarem aptas a serem assentadas, mas como eles não fizeram isso e o tempo passou e o Itesp quer colocar outras famílias selecionadas, pediu o despejo, porque o Itesp julga eles serem irregulares.

Com relação às parcerias estabelecidas entre assentados rurais com o setor sucroalcooleiro, afirma Ferrante *et al.* (2006) que a produção de cana-de-açúcar nos projetos de assentamentos da microrregião de Araraquara, por intermédio do arrendamento dos lotes para as usinas, constitui, sem sombra de dúvida, a alternativa mais arriscada em termos da gestão familiar do trabalho e do território, pois, além dos prováveis prejuízos ambientais que esta prática pode vir a ocasionar ao meio ambiente, essa forma de produção, ao que tudo indica, parece seguir à lógica da agricultura patronal, podendo

resultar em uma perda de rentabilidade econômica e autonomia das famílias assentadas, pois, em muitos casos, com o passar do tempo, todo o processo produtivo passa a ser feito pela usina, especialmente, o corte que é realizado por empresas de mão-de-obra rural.

Não obstante, faz-se importante salientar que a política nacional de reforma agrária³ faz emergir uma nova categoria social, a dos trabalhadores rurais assentados, propiciando, por sua vez, a formação de mosaicos na paisagem rural, que podem vir ainda a transformar o espaço das monoculturas. Esta reconstrução sócio-espacial se traduz na reterritorialização do trabalhador, que mediante o regate de seus hábitos culturais retorna a produzir uma parcela de consumo alimentar (DUVAL *et al.*, 2008).

Embora, em âmbito nacional, a agricultura familiar possua uma importância secundária no encaminhamento das políticas públicas agrícolas, esta vem resistindo e, atualmente, representa um significativo setor da economia nacional. Apesar de o estado de São Paulo possuir uma agricultura altamente modernizada e industrializada, a agricultura familiar ainda faz parte da paisagem agrícola e, em inúmeros casos, assume a forma de assentamentos rurais (SOUZA; BERGAMASCO, 2006).

Possuindo um papel de destaque no cenário de programas de reforma agrária, atualmente, entre assentamentos estaduais e federais administrados pelo Incra e pela Fundação Itesp, o estado de São Paulo possui 219 assentamentos, acolhendo 13.095 famílias de trabalhadores rurais em uma área total de 289.239,32 hectares desapropriados para fins de programas de reforma agrária (INCRA, 2008). Dentre as inúmeras e distintas conceituações existentes na vasta literatura voltada a assentamentos rurais, optou-se pela perspectiva que define assentamentos rurais como:

(...) novos espaços sociais em construção, onde famílias de diversos lugares e diferentes culturas começam a se relacionar e criar um novo tecido social. São constituídos de pequenas áreas em terras que, na maioria das vezes, se encontravam totalmente ociosas ou com baixa utilização para produção agrícola e são ocupados por pequenos agricultores familiares que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). (...) (SIQUEIRA; BERGANASCO, 2008, p.1).

Ou ainda como:

³ De acordo com Bergamasco (1997), as discussões em torno da temática da reforma agrária emergem na sociedade brasileira a partir das décadas de 1950 e 1960, passando a ser compreendida como um instrumento para a resolução da questão agrária nacional.

(...) de forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

Por sua vez, Carmo (2005, p. 229) afirma que “o assentamento rural constitui a forma *sui generis* que o Estado brasileiro encontrou para realizar a reforma agrária como saída às pressões dos movimentos sociais na militância pela posse da terra”. A criação de novos assentamentos rurais pelos órgãos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária, em resposta as ações de ocupações de latifúndios públicos ou privados que estão deixando de cumprir sua função social, podem propiciar: a inserção social de trabalhadores urbanos e rurais sem-terra que até então viviam marginalizados, especialmente, nas periferias urbanas; uma desconcentração fundiária, modificando e diversificando a paisagem rural, sugerindo ainda modelos alternativos de produção sustentável aos implementados pelo agronegócio brasileiro, tais como: produção de cana-de-açúcar para fabricação de álcool combustível; plantações de grandes extensões de laranja para exportação e/ou produção de sucos; produção de soja visando à alimentação do frango e do gado europeu, entre outros.

De acordo com Fernandes (2003), a implantação de uma política agrária de caráter compensatório ocasionou uma distribuição geográfica generalizada de assentamentos por todo o país, circundados de todos os lados por latifúndios, o que traz à tona a não existência de uma política pública estruturada de reforma agrária por parte do Estado, pois estes latifúndios constituíram-se a partir de ocupações promovidas pelos movimentos camponeses. Compreendida como uma política de desenvolvimento territorial, a reforma agrária, necessariamente, deverá estabelecer áreas para o rearranjo fundiário e anexação de diversos assentamentos, pois, isoladamente, comportam grandes dificuldades de estruturação, inclusão, enfrentamento e oposição ao mercado.

2. O Cenário: A Região de Ribeirão Preto

O projeto de assentamento estadual Córrego Rico localiza-se na região nordeste do estado de São Paulo, a cerca de 10 km do município de Jaboticabal⁴, que, por sua vez, integra a região de Ribeirão Preto, localidade essa caracterizada pela predominância quase que absoluta da produção sucroalcooleira. De acordo com Delgado (2005) o agronegócio, na concepção nacional do termo, caracteriza-se como uma agregação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade rural, agregação essa que atingi uma estratégica econômica de capital financeiro, almejando o lucro e a renda do latifúndio, sob a tutela de políticas públicas de governo.

Localização do Assentamento Córrego Rico



Fonte: Miranda; Coutinho, 2007 *apud* Oliveira, 2006

De acordo com dados do Incra (2005), do ponto de vista tecnológico e econômico, a região de Ribeirão Preto situa-se entre as regiões mais ricas do estado de São Paulo. A boa qualidade do solo e do clima possibilitou o desenvolvimento agrícola de uma

⁴ Córrego Rico é um distrito do município de Jaboticabal (SP) que comporta cerca de 3.000 moradores, o mesmo número de habitantes desde 1907, que era de 2.296. A economia desse distrito é caracterizada por propriedades rurais, sendo que 95% de sua área territorial é constituída por plantações de cana-de-açúcar destinadas a duas usinas de açúcar e álcool que se localizam em seu entorno.

das principais regiões do estado de São Paulo e do país, com principal destaque para a cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, do amendoim, da fruticultura em geral, entre outras, além de possuir um amplo complexo agro-industrial.

Embora apresente bons indicadores econômicos e sociais, a região tornou-se um grande foco de conflitos agrários. O crescimento do índice de desemprego na região, ocasionado, principalmente, em razão da crescente mecanização do corte de cana-de-açúcar, do fechamento de usinas de açúcar e álcool e da presença de movimentos sociais de trabalhadores rurais sem-terra são elementos que contribuíram para uma maior ocorrência de ocupações de terra improdutivas e famílias acampadas na região (INCRA, 2005).

Com relação ao setor sucroalcooleiro, a região possui 384,758 hectares plantados em cana-de-açúcar e cerca de 40 usinas produzem 30% do álcool e do açúcar do país (SILVA, 2005). Na cidade de Pradópolis, a Usina São Martinho, tritura mais de seis milhões de toneladas/ano, produzindo oito milhões e meio de sacas de açúcar de 50 quilos e quase 267 milhões de litros de etanol (ABAGRP, 2004).

Observa Silva (2005) que, na região de Ribeirão Preto e, em especial, no setor sucroalcooleiro, a utilização de máquinas e de tecnologia altamente avançada caminham lado a lado com o aumento da exploração e do agravamento das condições de trabalho, caracterizadas por baixos salários, perda dos direitos, casos de escravidão por meio de dívidas, sem mencionar os registros de mortes, ocasionadas pelas altas exigências de produtividade e usos de entorpecentes estimulantes durante o horário de trabalho. A permanência da mão-de-obra migrante, falsamente denominada temporária, constitui o alicerce do modelo lucrativo do agronegócio das usinas canavieiras paulistas.

Conforme Olivette e Camargo (2009), na região de Ribeirão Preto, em razão da incorporação de grandes somas de terras para a produção de cana-de-açúcar, entre os anos de 2006 a 2008, o Índice de Gini ⁵ teve um leve aumento, mantendo-se nos níveis de forte a muito forte, verificando-se uma elevação em áreas de 500 a 1.000 hectares.

Concentração Fundiária na Região de Ribeirão Preto

⁵ O Índice de Gini mensura o grau de desigualdade social existente na distribuição de bens sociais, sendo muito utilizado para medir a distribuição da terra e da renda. O resultado do cálculo varia de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1 maior é a concentração e, conseqüentemente, menos indivíduos possuem uma quantidade maior de determinado bem social (INCRA, 2005).

Área em hectares	1995/96	2007/08
(0 a 20)	8,97	9,17
(20 a 50)	32,23	31,95
(50 a 200)	102, 56	99,79
(200 a 500)	318, 58	318,38
(500 a 1.000)	694,31	702,16
(1.000 a 5.000)	1.882,53	1.844,35
Acima de 5.000	9.101,27	9.038,80
Total	107,10	91,27
Índice de Gini	0,78	0,78

Fonte: Olivette; Camargo, 2009.

Comportando um alto índice de desemprego ocasionado pela mecanização da agricultura e com uma enorme concentração fundiária, com cerca de 7% de proprietários detendo a posse de, aproximadamente, 70% de suas terras, a região de Ribeirão Preto, configura-se, atualmente, como uma região extremamente tensa, como verdadeiro “barril de pólvora” preste a eclodir no interior do estado de São Paulo (GRAZIANO, 2004).

3. Breve Histórico do Local

Os hortos florestais com origem ferroviária vêm sendo utilizados para a implementação da política de reforma agrária no estado de São Paulo desde a década de 1980. O Horto Florestal Córrego Rico foi criado no ano de 1935 pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) e, posteriormente, convertido para assentamento rural em setembro de 1998 (OLIVEIRA, 2006). O projeto de assentamento Córrego Rico originou-se da ocupação do Horto Florestal de Córrego Rico, em 29 de maio de 1998, que à época era administrado pela Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo). Neste momento, cerca de 50 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, liderados pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), ocuparam a referida área reivindicando-a para fins de reforma agrária.

A primeira tentativa de ocupação da área ocorreu em 1990, momento em que o horto florestal encontrava-se muito bem vigiado, pois a informação acerca do processo de ocupação liderado pela Feraesp havia “vazado”. Nesta primeira tentativa, em um ambiente de muita tensão, as famílias permaneceram três dias no local sob a vigilância de seguranças

e policiais militares que não os deixavam dormir. As famílias sofreram reintegração de posse, instalando um acampamento provisório em frente a atual entrada do assentamento, local onde permaneceram por cerca de três anos, às margens da rodovia SP 253, Deputado Cunha Bueno. Durante esse período de três anos, o Der (Departamento de Estradas e Rodagens) os ameaçava constantemente de despejo do local.

Nesse intervalo de três anos, as famílias voltaram a ocupar a área, em 1992, sendo novamente despejadas. No entanto, o grupo fortaleceu-se, recebendo famílias oriundas dos municípios de Araraquara, São Carlos e Sumaré, que ocuparam o atual assentamento Horto Guarani, sendo assentadas no local. Ao término do processo de assentamento dessas famílias, formou-se um novo grupo, que após algumas tentativas frustradas de ocupação de outros hortos florestas, em 1998, obteve êxito na terceira tentativas de ocupação do Horto Florestal Córrego Rico. Esta ação contou inclusive com a participação do ex-bispo da Diocese de Jaboticabal.

Segundo Oliveira (2006), quando do momento da ocupação da área, a floresta plantada havia sido explorada, restando somente a área de dois lotes, pois, à época, o horto estava arrendado à uma empresa de celulose e papel. A madeira remanescente foi aproveitada para a construção das moradias ou trocada por blocos, que foram divididos entre as famílias. Existia um grupo que administrava a retirada da madeira e a distribuição dos recursos. As madeiras eram árvores de eucalipto que estavam no interior de área de preservação permanente do assentamento. O dano ambiental ocasionado por essa ocupação resultou em um inquérito judicial. Atualmente, os grupos familiares assentados e a Fundação Itesp estão recuperando a área, mediante parcerias estabelecidas com empresas que possuem passivo ambiental.

(...) teve no começo uma ação, quando nós chegamos aqui recebemos, um processo, na época, ambiental, todos nós fomos envolvidos nesse processo ambiental. No tramite desse processo, lá atrás, o Itesp tentando tirar o corpo um pouco da responsabilidade, começou a jogar a responsabilidade em cima dos assentados, chegou na hora do processo, nós entendemos que essa terra era da União, que não era terra do estado, se era terra da União, não cabia a competência de um juiz aqui de Jaboticabal julgar esse processo, porque era federal e ai foi tramitando esse processo até que chegou num ponto do processo que o juiz interpretou que a terra era da União, que o responsável do dano ambiental também caberia à União (...)

Com relação à trajetória de vida dessas famílias, pode-se afirmar que os grupos familiares são oriundos do município de Guariba (SP), sendo que diversos desses

trabalhadores rurais, no ano de 1984, participaram ativamente da intitulada “Revolta de Guariba” ou “Revolta dos Bóias-Frias” ⁶, mobilização trabalhista rural de grande importância social, que, posteriormente, possibilitou a implementação das ações de reforma agrária na região de Ribeirão Preto.

A Revolta de Guariba teve grande repercussão nacional e inclusive internacional, possibilitando aos trabalhadores rurais do estado de São Paulo a conquista do acordo coletivo de salário no meio rural brasileiro, a definição do corte manual de cinco ruas de cana-de-açúcar, a obrigatoriedade, pela empresa contratante, do fornecimento de equipamentos de proteção individual, o estabelecimento de um piso salarial mínimo para a categoria profissional, entre outros benefícios.

(...) A maioria das famílias que estão aqui são de Guariba, quando eles vieram para cá, todos eles trabalhavam de bóia-fria, naquele impasse de estar perdendo o emprego, por estar procurando uma melhoria, um pouco de terra para trabalhar, a gente formou uma organização legal de grupo de pessoas, encontramos essa terra que era do estado, naquela vida difícil de perder o emprego lá de bóia-fria ai a gente ocupou nessa área aqui ai se estendeu todo o processo aqui, nós somos uns dos primeiros.

(...) Eu fiquei sabendo que essa terra era do estado, porque a gente é da região, sabia que essa terra aqui era da Fepasa, que é um órgão do estado, com levantamento de documentos, passamos a conhecer essa terra aqui. A Fepasa também já havia extinto, por exemplo, aqui as ferrovias, só tinha as terras do lado, as ferrovias já não existiam mais, então agente não via tanta necessidade da Fepasa ter essas terras para plantio de eucalipto, para

⁶ Motivados pelas tensões sociais num campo de disputas e conflitos, norteados por ações de acomodação e resistência, a relação patrões x empregados ou “*usineiros x bóias-frias*” dá mostras de que o barril de pólvora foi aceso na conhecida revolta de Guariba – SP, ocorrida em maio de 1984, com a greve dos bóias-frias como retaliação à “proposta” dos usineiros de aumentar o número de ruas no corte da cana com intuito de “elevar” a produtividade do trabalho sem nenhum ganho real para estes trabalhadores, ou seja, cristalizando a intensificação e exploração do trabalho. Este fato foi apenas a ponta do iceberg de um intenso contexto social caracterizado por rupturas, explorações, expulsões e principalmente, sem qualquer perspectiva de futuro para estes trabalhadores (as) rurais (BARONE, 1996 *apud* CAMPOI; FERRANTE, 2006).

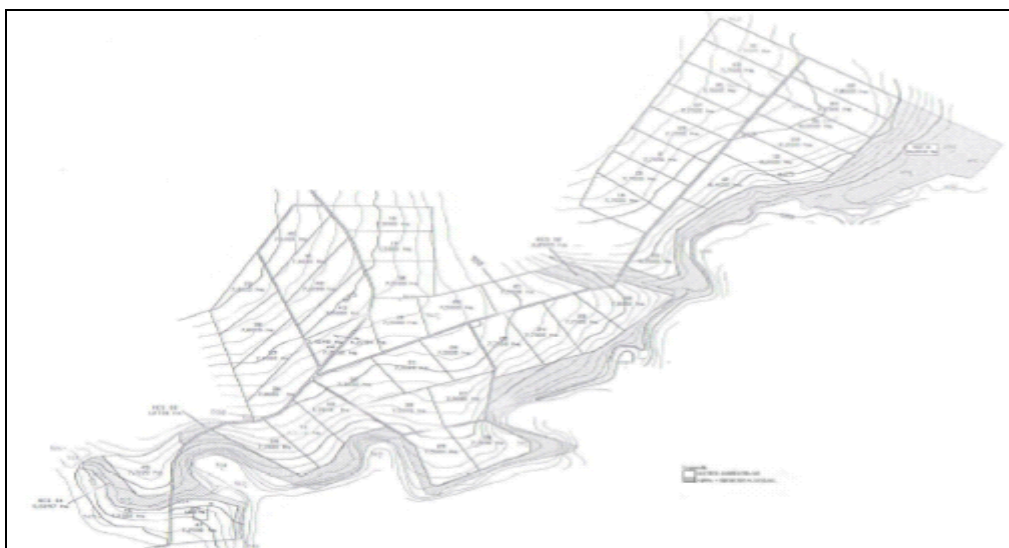
Com relação aos bóias-frias, observa Ferrante (1992) que o processo de proletarianização vivenciado não significou, necessariamente, uma ruptura dos possíveis vínculos com a terra, no sentido de “desenraizamento”, fato que, por sua vez, remete à exigência de “remodelagens das interpretações usualmente dadas ao processo de modernização/expropriação e proletarianização rural”.

fazerem dormente. As usinas eram que estavam arrendando essas terras aqui, o plantio de eucalipto era muito pouco (...)

Ao término dos trabalhos de uma comissão de seleção, foram assentadas no local 47 famílias de trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2006). Todas as famílias que participaram da terceira tentativa de ocupação da área foram assentadas. No decorrer do processo de negociação, o Itesp intencionava assentar no local 32 famílias, proposta esta que foi rejeitada pelas lideranças do assentamento, pois não contemplava todas as famílias que participaram do processo de ocupação, que não entendiam como sendo correto que quinze famílias não fossem assentadas. Dessa maneira, a área dos lotes familiares foi reduzida a fim de que fossem assentados todos os 47 grupos familiares. À época, não havia também terras disponíveis para as famílias que não fossem assentadas no Horto de Córrego Rico.

O assentamento comporta 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola, tendo recebido assistência da Fundação Itesp (BELLENTANI; SOUZA, 2006). Os lotes familiares possuem a dimensão de 7,7 hectares. As áreas destinadas à Reserva Legal e Preservação Permanente (APP) possuem um total de 97,02 hectares. O tipo de solo predominante no assentamento é o latossolo vermelho, distroférico, A moderado e proeminente, textura argilosa relevo suave-ondulado e plano (OLIVEIRA, 2006).

Divisão dos Lotes Familiares do Assentamento Córrego Rico



Fonte: Oliveira, 2006

Com relação à infra-estrutura do assentamento, pode-se verificar que a Associação “Terra Rica” dispõe de um trator de uso coletivo. As estradas encontram-se em um péssimo estado de conservação. No entanto, em razão da atuação do poder executivo municipal no assentamento, este dispõe de rede de distribuição de água em todas as moradias a partir de fonte de dreno, com 8.700 metros de água encanada, coleta de resíduos domésticos, energia elétrica e transporte escolar. À respeito da atuação do poder público municipal no assentamento, nos relata uma família assentada:

O município é o seguinte, se você cobrar, se você pedir, se você for insistente, você busca alguma coisa, às vezes nós estamos com problemas na estrada, nós vamos lá e cobramos (...) quando nós lutamos, eles vêm, o prefeito, na medida do possível, também não vou generalizar, que eles não façam porque não querem. O transporte escolar não temos que reclamar, se o dia que não chover, eles vêm, eles buscam todos os dias de manhã, vêm na parte da tarde, vêm na parte da noite, os alunos vão todos para a escola (...) nessa área do município, não podemos nos queixar.

Ainda com relação às moradias, verificou-se que todas foram construídas de alvenaria, com recursos provenientes do crédito habitação, sendo que, atualmente, algumas estão passando por um processo de reforma. O grupo de jovens do assentamento, criado em 2002, também tem conseguido algumas conquistas para o local, tais como: cursos de informática; biblioteca; um apiário-escola e vagas no Colégio Agrícola de Mirassol. O projeto de assentamento possui dois técnicos agrícolas formados, mas que não atuam no local, mas no setor sucroalcooleiro da região.

4. O Sistema Produtivo do Assentamento Córrego Rico

O projeto de assentamento estadual Córrego Rico vem produzindo uma variedade de gêneros alimentícios desde a sua criação, gerando sustentabilidade e renda para as famílias assentadas, dentre os quais, destacam-se: a produção de mandioca, milho-verde, limão, abóbora, alface, couve, abacate, feijão de corda e colorau (urucum), entre outros, que estão sendo utilizados em parte para o autoconsumo e comercializados individualmente no próprio assentamento. A produtividade não é alta nos lotes familiares, no entanto, as famílias não sentem dificuldade em escoarem essa produção.

(...) Aqui hoje nós não temos plantio nenhum de cana aqui dentro, o assentamento ainda se mantém (...). Algumas parcerias, mas ninguém ainda não arrendou nenhum lote aqui, o Incra fiscaliza (...). Nós não temos aquela grande quantidade, vamos produzir bastante (!), porque vamos levar para o comércio, não temos, mas o que produz aqui é fácil escoação, produzir milho é fácil, produzir mandioca é fácil, não temos muita dificuldade, tem é que mais que produzir, um pólo de distribuição, também não tem (...)

As famílias estão também comercializando os produtos em uma feira localizada no município de Guariba e também através da Associação dos Produtores de Agricultura Familiar de Córrego Rico, “A Terra Rica”, desde o mês de abril de 2010, na feira livre de Jaboticabal. A Fundação Itesp cedeu uma barraca padronizada da instituição para a realização desse comércio, uma exigência da Secretaria Municipal de Agricultura, seguindo orientações do Serviço de Vigilância Sanitária. A feira é realizada aos domingos pelo período da manhã, na Esplanada do Lago, em frente à sede da Prefeitura Municipal de Jaboticabal. No entanto, o assentamento não possui convênio com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), nem com a Prefeitura de Jaboticabal para o repasse de alimentos para a merenda escolar. Acerca desses programas, nos relata um assentado rural:

(...) Têm esses programas da merenda escolar, da doação simultânea, mas eu falo a verdade, isso é tão burocrático, que ainda, na verdade, o programa eu acho que está sendo mais bonito no papel, porque na prática, no dia-a-dia, ó, a coisa está indo bem, não acontece isso. Não que os assentados não têm capacidade de produzirem, são eles que não têm capacidade de estarem gerenciando isso para os assentados, que está ficando a desejar, isso ai só está bonito no papel, acho que isso ai está muito bom na propaganda (...) como assentado, nós temos um grande entrave ainda, não sei se é preconceito, ainda não deu para entender o que é que está acontecendo (...), não temos muito espaço não (...).

Indagadas à respeito da assistência técnica desenvolvida pela Fundação Itesp no projeto de assentamento, as famílias criticaram essa atuação, afirmando que: *A assistência técnica é o seguinte: eles têm uma assistência técnica voltada para a burocracia, ainda não vi os técnicos do Itesp ou do Incra, aquele de produção, nós só temos aqui técnicos burocráticos. Quando eles vêm aqui, eles vêm cuidar da burocracia, da fiscalização do assentamento, com cem quilos de pasta e a cem por hora, a prática do técnico no dia-a-dia não existe.* Afirmaram as famílias que aprenderam a produzir com a experiência acumulada nesses anos todos.

(...) Nós aprendemos bastante na lida do dia-a-dia. Ai diz um técnico: quanto mais vocês tiverem tecnologia é melhor, porque vocês não têm muita terra, se vocês errarem esse ano, vocês ficarão prejudicados cinco, seis anos para frente, porque é pouca terra, vocês não podem errar, precisa de técnico mesmo, explorar o máximo, mas esse técnico você não tem, você só tem o burocrático mesmo, nem vou pedir para aumentar mais, para ter esse técnico ai, porque o Itesp tem setecentos técnicos, entre aqueles que trabalham em escritório (...)

(...) aqui, no ano passado, nós acessamos o Pronaf, acessamos o custeio, na época, como nós estávamos chegando e por causa dessa precariedade de assistência técnica e, às vezes, o técnico já faz muito tempo que ele está trabalhando para o órgão, ele sabe aonde que erra, já sabe de alguns assentamentos, onde foi errado, mesmo ele sabendo que algumas coisas foram erradas, ele também aplicou aqui (...), saímos lá de bóia-fria, nós, às vezes, sabíamos plantar cana, plantar banana, mas era o patrão quem mandava, o patrão cuidava e tinha o técnico. Hoje mesmo, se eu estivesse chegando aqui hoje no assentamento e tivesse uma parcela de terra para eu trabalhar, como isso que eu passei lá atrás, chegasse todo esse dinheiro na minha mão, eu falo a verdade, eu não iria errar não (...)

A partir do ano de 2004, as famílias assentadas passaram a estabelecer parcerias com empresas do setor privado, acordos esses que, no entanto, tiveram uma duração efêmera. A primeira parceria firmada foi com uma empresa de exportação de nacionalidade portuguesa que havia instalado uma filial no município de Jaboticabal e que passou a adquirir a produção de quiabo e pimenta malagueta dos assentados por meio de um intermediário a fim de exportar essa produção para o mercado europeu. À respeito dessa parceria, nos relata um assentado rural:

(...) Nós fizemos uma parceria com um gringo aventureiro, na questão da pimenta e do quiabo e manga, mas só vimos que ele era um aventureiro, ele não era um exportador, veio aqui fazer umas cobaias, pegou nós na reta, acabou também não dando certo, porque, no auge, que nós precisamos, produzimos muito quiabo, produzimos muita pimenta, nós já estávamos fazendo uma parceria da compra de muitos pés de manga para plantarmos, mas vimos que o cara era aventureiro, não aguentou a coisa, tomamos prejuízo também, acabou terminando essa parceria (...).

No ano de 2005, mediante uma parceria estabelecida com uma empresa do setor de cosméticos, localizada no município de Botucatu, através de um programa denominado

“Parcerias para um Mundo Melhor”, quatro famílias de trabalhadores rurais iniciaram, em uma área de 2,5 hectares, o cultivo do popular jambu (*Spilanthes oleraceae*), uma espécie típica da região amazônica, cujo extrato é utilizado pela indústria de cosméticos. Na região de Ribeirão Preto, a mesma parceria foi estabelecida no assentamento Horto Guarani, localizado no município de Pradópolis.

(...) Nós fizemos uma produção com a Centroflora, de Botucatu, uma parceria com eles, mas uma parceria assim, chegaram, deram assistência técnica, planta do jeito que vocês puderem plantar, do melhor jeito, planta uma produção orgânica, com todas as exigências que tem para produzir o jambu, sistema de hortaliça, tudo o que plantar eu compro, mas não entraram com incentivo nenhum, não entrou com nenhum tostão, não entro com nada, ele é uma planta que gosta de muito calor, muita água, o primeiro corte foi uma beleza, o segundo já não foi beleza, o terceiro então nem se fala, acabou também no fim dando prejuízo (...).

Além dessa parceria, o assentamento Córrego Rico já possuiu um contrato com o laboratório Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz, para a produção de plantas medicinais. A partir do ano de 2007, as famílias passaram a cultivar goiaba no assentamento, destinando essa produção para uma indústria do setor alimentício instalada no distrito de São Lourenço do Turvo, pertencente ao município de Matão. O projeto inicial objetivava o processamento artesanal da produção pelas mulheres assentadas, em cozinha comunitária, que seria comercializada nas redes do comércio local. Frente à impossibilidade de processar a produção no assentamento, o projeto direcionou-se para uma nova meta: comercializar a produção com indústrias do setor alimentício da região. O comércio entre as famílias assentadas e a empresa ainda se mantém, mas não na forma de uma parceria.

5. Referências Bibliográficas

ABAGRP. Selo marca definitivamente a Capital Brasileira do Agronegócio. **Agronegócio**. Ribeirão Preto, ano 5, n. 39, p. 1-4, maio 2004.

BELLENTANI, Natália Freire; SOUZA, José Gilberto de. **Indicadores de Desenvolvimento Humano em Assentamentos Rurais e Periferia Urbana**: Estudo de Caso dos Assentamentos de Córrego Rico (Jaboticabal – SP), Reage Brasil (Bebedouro – SP) e Área Periférica Urbana (jardim Alvorada) Jaboticabal – SP. In: XLIV CONGRESSO

DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, Fortaleza, 2006.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luís Antônio Cabello. **O Que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CAMPOI, Antonio Marcos; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Sistemas de Produção e Estratégias de Permanência na Terra: Assentamentos Rurais no Coração da Agroindústria. *In*: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (orgs.). **Retratos de Assentamentos**. Araraquara – SP: Nupedor/Unesp-Uniara, n. 10, p. 45-66, 2006.

CARMO, Maristela Simões do. Desenvolvimento Territorializado: assentamentos rurais e agroecologia. *In*: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY Júnior, Osvaldo (org.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas uma trajetória de 20 anos**. 2ª ed. São Paulo: INCRA, ABRA, UNIARA, 2005, p. 219-234.

DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: **Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica a Configuração Atual**. São Paulo: Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

DUVAL, Henrique Carmona *et al.* Autoconsumo num Assentamento Rural: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 11, p. 101-132, 2008.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta *et al.* Reforma agrária e “desenvolvimento como liberdade”: Uma nova visão sobre os assentamentos rurais do estado de São Paulo. *In*: _____. (Org.) **Retratos de Assentamentos**. Araraquara – SP: Nupedor/Unesp-Uniara, n. 10, p. 19-43, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. *In*: **OSAL**. Buenos Aires, ano IV, n. 11, p. 31-40, maio/ago. 2003.

GRAZIANO, Francisco. Barril de Pólvora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, dez. 2004.

INCRA. Superintendência Regional de São Paulo. **Guia da Reforma Agrária em São Paulo** – Introdução às Questões Agrárias e Fundiárias do Estado de São Paulo. São Paulo: INCRA – SP, 2005.

_____. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. **Acampamentos do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/saopaulo/arquivos/0626702029.pdf>. Acessado em: 26 abr. 2008.

OLIVEIRA, Alessandro Silva de. **Assentamentos Rurais em Hortos Florestais da Região Norte do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara, 2006.

OLIVETTE, Mario Pires de Almeida; CAMARGO, Felipe Pires de. Concentração Fundiária no Estado de São Paulo, 1996-2008. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.39, n.6, jun./2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e Trabalhadores na Região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. **Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005.

SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa. **Mulheres Assentadas e Agroecologia: Impactos e Desafios**. In: III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. Araraquara – SP, 2008.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. A presença do MST e da Comcamp nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 10, p. 143-155, 2006.